

JUSTIÇA RESTAURATIVA: COMO A EXTENSÃO PODE PREVENIR CASOS DE *BULLYING* NA ESCOLA

Fabrizio Guinzani,
UNESC- Universidade do
Extremo Sul Catarinense,
<https://orcid.org/0000-0001-6926-9356>

Restorative Justice: How Extension can prevent bullying at school

RESUMO

O presente artigo científico tem como objetivo geral contextualizar o projeto de extensão Aplicação da Justiça Restaurativa para casos de *bullying* no ambiente escolar, demonstrando seu histórico, sua trajetória e sua prática. O projeto faz parte do programa PEDIC - programa de direito e cidadania para todos e foi desenvolvido desde o ano de 2019 no Município de Criciúma/SC junto à escola Irmã Edviges, do bairro Vila União e na escola Marcos Rovaris, do Bairro Pinheirinho. Para a pesquisa utiliza-se o método dedutivo. Inicialmente, o estudo faz breves considerações sobre a extensão universitária. Num segundo momento traz uma síntese do histórico do *bullying*, incluindo por óbvio o ambiente escolar, seguido de uma reflexão sobre a educação e a conscientização como formas de prevenção. Adiante busca demonstrar a metodologia e atuação do projeto de extensão em comento. Ao final trata das experiências de extensão no caminhar do projeto, assim como os seus resultados, sendo que a pesquisa demonstra que o projeto de extensão referido sustenta-se na práxis da extensão, no qual os professores e acadêmicos utilizam como mediação de suas atividades as práticas pedagógicas e educativas dialógicas segundo os ensinamentos de Paulo Freire, reconhecendo os envolvidos na comunidade como sujeitos com direitos e obrigações, os quais são agentes transformadores da sua realidade e onde a universidade pode atender os seus objetivos sociais, cumprindo a sua missão social.

Palavras-chave: Prevenção; Bullying; Extensão universitária; Justiça Restaurativa.

Data de submissão:

11/05/2021

Data de aceite:

26/09/2022



Summary

The present scientific article has as general objective to contextualize the extension project Application of Restorative Justice for cases of bullying in the school environment, demonstrating its history, its trajectory and its practice. The project is part of the PEDIC program- a law and citizenship program for all and has been developed since 2019 in the Municipality of Criciúma / SC next to the Irmã Edviges school, in the Vila União district and in the Marcos Rovaris school, in the Pinheirinho neighborhood. For the research the deductive method is used. Initially, the study makes brief considerations about university extension. In a second step, it brings a synthesis of the history of bullying, including, of course, the school environment, followed by a reflection on education and awareness as forms of prevention. Ahead seeks to demonstrate the methodology and performance of the extension project in question. At the end, it deals with the extension experiences in the progress of the project, as well as its results, and the research demonstrates that the extension project referred to is based on the praxis of extension, in which teachers and academics use as mediation of their activities the dialogical pedagogical and educational practices according to the teachings of Paulo Freire, recognizing those involved in the community as subjects with rights and obligations, who are transforming agents of their reality and where the university can meet its social objectives, fulfilling its social mission.

Keywords: Prevention; Bullying; University Extension; Restorative Justice.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo geral apresentar a Justiça Restaurativa de forma prática e teórica, trazendo resultados que já foram atingidos por ela e mostrando como poderia ser mais efetiva. O estudo passará pelo histórico do método e trará exemplos de conflitos cotidianos que podem ser resolvidos com a utilização deste. Veja-se que é uma ferramenta valiosa para se trabalhar com crianças e adolescentes, prevenindo e conscientizando diversas situações.

Paulo Freire foi o precursor da educação de adultos no País, mediante um processo de dialogicidade em rodas de conversa, por meio do qual a reflexão se desenvolve naturalmente, cuja dinâmica é construída coletivamente, momento pelo qual se desvelam as “verdades” e sentidos comuns embutidos nos discursos que circulam na sociedade, rompendo-se as palavras e ideias discriminatórias

O direito a elementos como educação, saúde, o pleno exercício da cidadania e a dignidade da pessoa humana é garantido pelo Estado, devendo ser mantido, cobrado e acessível à população conforme determina a Constituição Federal de 1988

e dominantes, e levando os sujeitos a agirem sobre seus mundos e realidades, o que resulta na transformação social.¹

Com o fim de cumprir o objetivo proposto, num primeiro plano, o estudo trará uma breve reflexão sobre extensão e sua importância. O segundo tópico a ser explanado é um breve histórico sobre o *bullying*, explicando quando iniciou a preocupação e importância diante do fenômeno e estatísticas sobre o seu impacto. Em terceiro plano, a conceitualização de educação preventiva e por fim justiça restaurativa e métodos utilizados para desenvolvimento do projeto nesta temática.

Utilizou-se o método dedutivo para a realização da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXTENSÃO

O direito a elementos como educação, saúde, o pleno exercício da cidadania e a dignidade da pessoa humana é garantido pelo Estado, devendo ser mantido, cobrado e acessível à população conforme determina a Constituição Federal de 1988. Portanto, cabe a todos os cidadãos deste território zelar pelo pleno exercício de seus direitos, sendo as universidades comunitárias parceiras na proteção e divulgação dessas garantias em prol do acesso em conjunto com a sociedade, priorizando o acesso à educação, pesquisa e extensão.

A educação superior tem por finalidade promover a extensão, aberta à população, visando a difusão de conhecimento alcançado por meio da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 43, Lei nº 9.394/1996. A educação superior tem por finalidade:

(...) VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
(BRASIL, 2021, B)

O acesso à universidade ainda é um privilégio em nosso país, diante da desigualdade social, sendo poucos que detêm o acesso direto aos conhecimentos gerados em uma universidade. Sendo a extensão universitária uma ferramenta imprescindível para a democratização

¹ FREIRE, 2011.

do acesso ao conhecimento, confirmando assim, sua importante função social².

A extensão é uma das principais fontes de diálogo entre a academia e a comunidade. Leva os estudantes a ultrapassarem as salas de aula e buscarem, por meio de pesquisa e extensão, a concretização dos conhecimentos obtidos na teoria e ministrados na sala de aula, possibilitando a extensão desses conhecimentos à comunidade social, refletindo na vida das pessoas de modo profissional ou pessoal.

É importante ressaltar que:

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações sócio-educativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos³.

A construção deste diálogo entre a universidade e a comunidade é valiosa, uma troca de conhecimentos que promove novas perspectivas entre os participantes. Possibilita a superação das condições de desigualdades e exclusão ainda existentes, conforme acima. Honrando seu compromisso social e gerando benefícios mútuos.

A respeito do assunto:

[...] há de se afirmar que ensino-pesquisa-extensão apresentam se hoje, no âmbito das universidades brasileiras, como uma de suas maiores virtudes e expressão de compromisso social, uma vez que o exercício de tais funções é requerido como dado de excelência na Educação Superior, fundamentalmente voltada para a formação acadêmica e profissional de docentes e discentes, à luz da apropriação e produção do conhecimento científico⁴.

A graduação é responsável pela formação intelectual da sociedade e seu desenvolvimento, sendo um agente transformador. Instituição democrática que instiga a busca pelo conhecimento embasado em ciência e tecnologia, e consequentemente levando a comunidade,

² MENDONÇA e SILVA, 2002.

³ ROCHA 2007 apud SILVA, 2011, p. 2.

⁴ UNIMONTES, 2011, p. 1.

A extensão é a concretização de troca de conhecimento pela comunidade acadêmica e a sociedade, neste contexto, a sociedade passa de apenas ouvinte para colaboradores, críticos e construtores na busca de desenvolvimento social.

por meio dos projetos de extensão, o conhecimento necessário a fim de dar abertura a diversas discussões e compreensão de suas problemáticas pela sociedade ao todo.

A extensão é a concretização de troca de conhecimento pela comunidade acadêmica e a sociedade, neste contexto, a sociedade passa de apenas ouvinte para colaboradores, críticos e construtores na busca de desenvolvimento social.

Conforme dito:

Os princípios da integração ensino-pesquisa, teoria e prática que embasam a concepção de extensão como função acadêmica da universidade revela um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania⁵.

E é por meio da pesquisa e da extensão que se consegue dar abertura à busca pelo conhecimento adequado, bem como à necessidade de compreender os impactos sociais que as políticas públicas têm quando disponibilizadas à população, e entender que se a universidade é um agente transformador de conhecimento, é de atribuição espontânea que os acadêmicos sejam os protagonistas dessa movimentação social.

BREVE HISTÓRICO DO BULLYING

A palavra *Bullying* surgiu do termo inglês *bully*, que significa valentão. O dicionário brasileiro o define como “Forma de violência que, sendo verbal ou física, acontece de modo repetitivo e persistente, sendo direcionada contra um ou mais colegas, caracterizando-se por atingir os mais fracos de modo a intimidar, humilhar ou maltratar os que são alvos dessas agressões”⁶.

Nesse mesmo sentido, Fante define *bullying* como:

[...] um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetidas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos

⁵ JENIZE, 2004, [n.p].

⁶ AURÉLIO, 2021.

contra outros(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuações de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos, levando-o a exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas manifestações do comportamento *bullying*⁷.

O primeiro estudo sobre o fenômeno se iniciou pelo professor Dan Olweus e seus estudos foram realizados na Universidade de Bergen-Noruega (1978 a 1993). Porém, só foi se atentar para o fenômeno quando três crianças de 10 a 14 anos cometeram suicídio na Noruega, deduzindo que a tragédia foi influenciada pelos maus tratos que sofriam de seus colegas, acontecimento que gerou grande repercussão social. A partir deste fato, iniciou-se na Noruega em escala nacional a Campanha Anti-*Bullying* nas escolas (1993)⁸.

Entre os anos de 2000 e 2004, no Brasil, a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA) realizou um estudo com 5.800 alunos de instituições cariocas. No estudo supracitado, 40,5% dos estudantes admitiram que se envolveram diretamente em atos de *bullying* em 2002 e, nesse percentual, 16,9% se disseram alvos, 12,7% autores e 10,9% autores e alvos. As instituições participantes dividem-se em 2 particulares e 9 públicas⁹.

Em outro estudo, feito pela Nações Unidas e da UNICEF, coloca-se que pelo menos um terço dos jovens já sofreu *bullying* pela internet e que metade dos jovens do mundo todo já sofreu *bullying*. Diante desses dados, verifica-se que o fenômeno é presente na sociedade e precisa ser discutido¹⁰.

Até meados de 1990, o *bullying* era um assunto que não despertava muito interesse, por se tratar de conflitos banais entre crianças ou adolescentes:

É importante que você saiba diferenciar o *bullying* de um conflito normal. Alguns tipos de conflitos são parte da vida. Nem todo o conflito necessariamente fere, e lidar com essas situações pode ajudar o seu filho para a vida de maneira positiva. Portanto, não se precipite quando observar conflito entre seu filho e as outras crianças¹¹.

⁷ FANTE, 2005, p. 28-29.

⁸ BRASIL, 2021, C.

⁹ BRASIL, 2021, C.

¹⁰ BEANE, 2010.

¹¹ BEANE, 2010, p. 17.

Mas, diante das informações e acontecimentos que sobreviveram se foi dado a devida atenção ao fenômeno que atinge metade dos adolescentes do mundo, conforme as estatísticas da ONU.

A EDUCAÇÃO COMO AGENTE PREVENTIVO

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação, conforme Constituição Federal de 1988. Diante disto, há de se salientar o dever de toda a comunidade em colaborar para o incentivo e desenvolvimento da educação, e é nisso que a extensão está inserida visando a promoção da educação e realizando seu papel social¹².

A educação de forma preventiva é chamada pelo Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo – IMESC como prevenção primária, na qual pretende intervir antes que haja qualquer problema. Nesse sentido, atua precocemente, sendo um conjunto de medidas que visam a educação antes mesmo de algum fato danoso¹³.

Colhe-se do IMESC:

A prevenção primária pretender intervir antes que surja algum problema, no sentido de ser um conjunto de medidas que visam educação para à saúde. Aqui se destacam três pontos essenciais:

- Esta intervenção tem que ser precoce – tem que se aplicar a crianças, através o oferecimento de atividades prazerosas, criativas e educativas;
- Ela deve estar inserida em uma visão mais ampla da educação para a saúde, a fim de tornar atraentes as regras para uma vida saudável;
- Ela tem que se apoiar em “educadores naturais”, em primeiro lugar os pais e também os professores.

Em resumo, a prevenção primária é o programa que objetiva evitar a ocorrência do problema-alvo, isto é, diminuir a incidência [...]¹⁴.

Considerando o exposto acima é de suma importância a prevenção primária, já que ela busca evitar a ocorrência do fato danoso,

¹² BRASIL, 2021, D.

¹³ BRASIL, 2021, D.

¹⁴ BRASIL, 2021, D.

Nessa esteira, a educação preventiva no âmbito escolar é necessária, visando a propagação da educação e informação, apresentando as formas de bullying, agentes e vítimas, como prevenir e também como agir diante da situação vivida.

sendo objeto do presente artigo especificamente a questão relacionada ao *bullying*.

Nessa esteira, a educação preventiva no âmbito escolar é necessária, visando a propagação da educação e informação, apresentando as formas de *bullying*, agentes e vítimas, como prevenir e também como agir diante da situação vivida. O principal objetivo neste projeto de extensão é a conscientização do *bullying* e consequentemente a prevenção deste fenômeno.

Dessa forma, a atuação do projeto se dá diretamente na escola fundamental, uma vez que esta se caracteriza como uma das principais educadoras na sociedade moderna, visando a agir em conjunto com o corpo docente, buscando abordagens que ajudem a prevenir situações de *bullying* e identificando-as quando ocorrerem.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E METODOLOGIA DIANTE DA TEMÁTICA

Na década de 90 a ONU – Organização das Nações Unidas, passou a promover a utilização da Justiça Restaurativa, através de resoluções visando a propagação do método. O marco inaugural da regulamentação da Justiça Restaurativa foi a resolução de 1999/26, seguida pela Resolução 200/14 e pela resolução 2002/12, trazendo diversas considerações e recomendações sobre a Justiça Restaurativa. Seguindo disto, este grupo de estudiosos que adotaram a implementação deste método, conceituaram:

Justiça Restaurativa é um processo através do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes desse ato e suas implicações para o futuro¹⁵.

Segundo Petronela Maria Boonen, o modelo de aplicação da JR “é o chamado Modelo Nova Zelândia que acontece fora da instituição policial”, ou seja, de forma extrajudicial, sendo aplicada em vários países como espaços alternativos na resolução de conflitos¹⁶.

Nesse cenário, as instituições religiosas possuem grande contribuição na realização dessas práticas restaurativas:

¹⁵ AMANCIO, 2011, p. 02

¹⁶ BOONEN, 2011.

Chama minha atenção que muitas das iniciativas de práticas restaurativas partem de organizações religiosas e cristãs, o que certamente tem a ver com o universo a partir do momento do qual eu estou fazendo a pesquisa: o mundo ocidental e as línguas inglesas, portuguesa e alemã. Seria muito interessante fazer um levantamento sobre a influência das religiões nas práticas restaurativas e como estas são influenciadas por aquelas¹⁷...

Esta definição é um tanto genérica, segundo Piedade e Silva (2015), mas é suficiente para explicar a justiça restaurativa neste contexto de extensão. A Justiça Restaurativa é um método cheio de possibilidades e dinâmicas, por essas razões diante dos nossos limites adaptamos o método Círculo de Construção de Paz. Mas antes de explicar a adaptação, vale destacar um breve conceito diante da temática círculo de construção de paz:

É um processo que reúne pessoas que desejam resolver um conflito, reconstruir vínculos, estimular apoio, tomar decisões ou realizar outras ações com as quais a comunicação honesta, o desenvolvimento dos vínculos e o fortalecimento comunitário são parte essencial dos resultados esperados¹⁸.

Diante de nossas limitações como projeto de extensão, aplicamos um método que pode ser chamado de Círculo de Construção de Paz indagando a Prevenção Primária de *Bullying* Escolar, onde se reúnem os alunos e docentes das escolas e por meio da educação preventiva, se estimula a comunicação honesta e desenvolvimento de vínculos de empatia e conseqüentemente o fortalecimento comunitário.

No que toca ao Círculo de Paz (CP) e sua utilização, vale destacar:

Hoje, os CP são introduzidos em muitas partes do mundo, com as mais diversas finalidades, como, por exemplo, círculo de diálogo, compreensão, restabelecimento, sentenciamento, apoio, construção do senso comunitário, resolução de conflitos, reintegração, celebração¹⁹.

Para o desenvolvimento de tal método utilizamos palestras sobre o *bullying*, nos quais apresentamos seus conceitos relacionados ao *bullying* físico, *cyberbullying*, crença, raça, cultura e outros diversos

¹⁷ BOONEN, 2011, p. 120.

¹⁸ PIEDADE E SILVA, 2015, p. 3.

¹⁹ PIEDADE E SILVA, 2015, p. 5.

englobados na temática. Assim, durante toda a explanação utilizamos exemplos cotidianos daquele ambiente para que gere uma empatia nas pessoas participante, com metodologias que aplicam exercícios que levam a reflexão sobre a temática, contendo as seguintes perguntas: Essa pessoa já sofreu *bullying*? Essa pessoa já fez *bullying*?

Perguntas essas que parecem inofensivas, mas geram uma reflexão entre os participantes. E utilizando o método que se pode chamar de Círculo de Construção de Paz, indagando a Prevenção Primária de *Bullying* Escolar, conseguimos propagar o conhecimento e contribuir com a sociedade como extensão.

O projeto em questão foi prejudicado perante a pandemia mundial do Covid-19, a qual nos distanciou do público alvo que seriam os alunos, mas durante todo o estado pandêmico que vivemos continuamos na busca de alternativas mediadas de forma *on line* proporcionando a constante discussão relacionada a prevenção do *bullying* com as docentes das escolas participantes, que se realizaram por meio de vídeo conferências e círculos de paz.

METODOLOGIA DO PROJETO:

A Aplicação da Justiça Restaurativa nos casos de *bullying* no ambiente escolar e as metodologias aplicadas em sua atuação – “Roda da Justiça Restaurativa”

O Projeto de extensão “Aplicação da Justiça Restaurativa para casos de *bullying* no ambiente escolar” faz parte de um Programa de extensão universitária do Curso de Direito da UNESCO denominado PEDIC - programa de direito e cidadania para todos, iniciado no mês de junho de 2019, junto às Escolas de Educação Básica Irmã Edviges e Marcos Rovaris, ambas na cidade de Criciúma, respectivamente nos bairros Mina União e Pinheirinho, em Santa Catarina.

Em relação ao PEDIC podemos citar que:

Programa é tido como o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente integrado às atividades de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional e busca clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo. A extensão universitária possibilita a formação do

profissional do cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes na atualidade²⁰.

O PEDIC conta com vários projetos envolvidos no estabelecimento de um elo entre o Curso de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e a comunidade vizinha.

A intenção do PEDIC é:

Este programa de Extensão visa investigar, nas suas mais diversas áreas de atuação, a expressiva falta de formas adequadas de acesso aos direitos fundamentais básicos que contribui substancialmente para a produção e agravamento dos problemas sociais que levam à exclusão e que impedem a emancipação dos indivíduos. A ausência de condições básicas de subsistência, a violência, a marginalidade, o consumo de drogas, a desestruturação dos núcleos familiares e, especialmente, a falta de acesso à informação, são fatores que consolidam a desigualdade e que não permitem o efetivo exercício da cidadania²¹.

O projeto em comento foi criado por professores do curso de Direito e conta com a participação de vários voluntários da comunidade com experiências em educação, pedagogia, didática e cultura de paz tanto junto as escolas envolvidas como na comunidade.

Como público-alvo do projeto, focou-se principalmente nos alunos do nono ano do ensino fundamental de duas escolas localizadas em Criciúma: Escola Básica Coronel Marcos Rovaris e a Escola Básica Irmã Edviges. Assim, procura-se a interação com a comunidade escolar (Associações de Pais e Professores, clubes de mães e dos próprios moradores do bairro), para conscientização e prevenção de tais práticas discriminatórias.

Com uma visão interdisciplinar, o projeto busca desenvolver práticas e estudos de prevenção ao *bullying* no ambiente escolar, refletindo junto ao comprometimento de mudança a realidade social dos ambientes de sua atuação, trazendo noções, conceitos, dinâmicas e estudos que envolvem a violência e a própria prática do *bullying*. Também conta com a participação de vários acadêmicos da UNESC, especialmente, acadêmicos do curso de Direito.

Este programa de Extensão [PEDIC] visa investigar, nas suas mais diversas áreas de atuação, a expressiva falta de formas adequadas de acesso aos direitos fundamentais básicos que contribui substancialmente para a produção e agravamento dos problemas sociais que levam à exclusão e que impedem a emancipação dos indivíduos.

²⁰ UNESC, 2021.

²¹ UNESC, 2021.

Muito longe de ser assistencialista, o projeto visa a transmissão de conhecimentos necessários aos envolvidos, buscando o empoderamento de adolescentes e jovens.

A metodologia para a execução do projeto tem sete etapas que são realizadas pelos acadêmicos extensionistas, sob supervisão e acompanhamento dos professores por intermédio da pesquisa.

Na primeira e segunda etapa se realizaram a execução de estudos, pesquisas bibliográficas, materiais junto a internet, entre outros, reuniões da equipe para debater e fortalecer o conhecimento dos bolsistas acerca dos direitos humanos e suas violações. O seguinte (terceira) se deu a preparação do material pedagógico para a utilização na execução do projeto. A quarta etapa se deu inicialmente pela realização de oficinas pelos acadêmicos bolsistas nas escolas, porém com o advento da pandemia mundial da Covid-19 o projeto buscou adaptar-se e iniciou seus trabalhos com a ajuda de meios virtuais.

A quinta etapa se desenrolou com a participação de pessoas da comunidade escolar para visar a autonomia na utilização das técnicas da Justiça Restaurativa, fase em que se utilizou o método de reuniões virtuais devido a pandemia global, no qual destacamos a Roda para discussão com membros da comunidade acerca da Justiça Restaurativa e a apresentação do projeto na mídia local, oportunidade em que, iniciamos a confecção de um artigo para submissão, representado pelo presente.

A sexta etapa foi marcada pelo retorno virtual junto das escolas participantes. A sétima etapa a ser realizada será a apresentação dos resultados do projeto, em eventos acadêmicos e na mídia. Os métodos apresentados poderão ocorrer em ordem distintas, com a inclusão de novos métodos ao longo do projeto.

Assim, na execução das estratégias de atuação e execução das tarefas descritas acima, buscou-se a mediação entre os participantes pela dinâmica da “Roda de Conversa”, inspiração das práticas de Paulo Freire.

Em relação à tal dinâmica, Bezerra salienta as Rodas de Conversas como técnica de aprendizado, nas quais, a experiência de vida é escutada por todos com respeito, cujo diálogo é papel importante na conscientização, sem que se sobressaiam opiniões dominantes,

Por meio do processo de dialogicidade na roda de conversa, a reflexão se desenvolve naturalmente, uma vez que a dinâmica é construída coletivamente, momento pela qual se desvelam as verdades e sentidos comuns embutidos nos discursos que circulam na sociedade, rompendo-se as palavras e ideias discriminatórias e dominantes, levando os sujeitos a agirem sobre seus mundos e realidades.

mas que, o conhecimento seja formado de uma forma natural. Portanto, “o diálogo não significa simplesmente palavras soltas ao vento, mas pronúncias que juntas fazem parte da conscientização dos homens e mulheres para a luta pela libertação²².”

Por meio do processo de dialogicidade na roda de conversa, a reflexão se desenvolve naturalmente, uma vez que a dinâmica é construída coletivamente, momento pela qual se desvelam as verdades e sentidos comuns embutidos nos discursos que circulam na sociedade, rompendo-se as palavras e ideias discriminatórias e dominantes, levando os sujeitos a agirem sobre seus mundos e realidades. Não se pretende afirmar que as temáticas sejam apenas marcadas por posições ideológicas dominantes. Fala-se de uma questão de formação de sujeitos que requer reflexão e questionamento sobre os fatos históricos que não deixam de ser ditos ou não ditos, compreendê-los como criação e recriação humana, logo, perceber-se como sujeito histórico, condicionado, mas não determinado²³.

Freire sustenta que “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História”²⁴.

Para Freire, a dialogicidade não nega a validade de momentos explicativos, narrativos, em que há a exposição e ou fala de determinado objeto. O fundamental é que a postura seja dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivadora, enquanto fala ou enquanto escuta, importando que os sujeitos envolvidos se assumam curiosos²⁵.

O desafio do projeto foi manter-se ativo em formato virtual, considerando que o impacto da pandemia mundial da Covid-19 atingiu todas as atividades desenvolvidas pela universidade, sejam no ensino, pesquisa e extensão.

Assim buscou-se a utilização da metodologia das rodas de conversa mediadora dos contatos e trocas de informações e diálogos entre todos os envolvidos, tendo sido denominada como “Roda da Justiça Restaurativa”, com a utilização de meios virtuais através da criação

²² BEZERRA, 2015.

²³ BEZERRA, 2015.

²⁴ FREIRE, 2011, p. 133.

²⁵ FREIRE, 2011, p. 83.

de links onde os participantes poderiam acessá-lo e dentro do grupo virtuais os trabalhos foram se desenvolvendo.

No projeto em comento, os seus membros são os facilitadores entre a acessibilidade e a disseminação de saberes e informações em relação à prevenção do *bullying* junto à comunidade escolar. No caso, a atuação está direcionada na promoção dos esclarecimentos básicos acerca deste mal que afeta as relações pessoais e escolares, buscando através dos conhecimentos, atividades e práticas, medidas de prevenção, potencializando suas capacidades em auxiliar o vínculo dos adolescentes e jovens junto à comunidade escolar e os caminhos de acesso à pacificação e a Justiça.

De alguma forma todos os participantes tiveram o papel de mediador entre distintas esferas da organização do projeto e também das dinâmicas implementadas buscando sempre ir em direção à autonomia dos sujeitos em relação à sua própria vida e da comunidade, uma vez que o *bullying* é elemento de desarticulação e problematização individual de jovens e adolescentes e também da comunidade escolar.

Atualmente, o projeto encerrou as suas atividades nas escolas em que estava vinculado.

A metodologia utilizada consiste na aplicação de procedimentos, textos, materiais, banners, cartazes, *lives* junto a plataforma da rede social Instagram do projeto, reuniões virtuais, capacitações, tudo direcionado a temática do *bullying* e a sua repercussão na vida pessoal e escolar dos adolescentes e jovens alunos das escolas vinculadas ao projeto e também suas famílias.

O projeto seguiu em um formato de oficinas dialogadas virtuais, que levaram em conta as experiências vivenciadas pelos participantes, inspiradas nas lições de Paulo Freire, com material didático apropriado, vídeos, slides e dinâmicas de grupo. Portanto, a dialogicidade é ponto central das atividades, buscando, conduzir para a autonomia dos participantes nas rodas de conversas virtuais. Muitas vezes, os participantes são pessoas acostumadas a não ser ouvidas na sociedade. Por esta razão, os módulos vão ficando mais interessantes a cada encontro, com o crescimento espontâneo e gradativo da participação de todos os envolvidos, que vai se desenvolvendo com o crescimento da confiança depositada na equipe do projeto.

Muitos foram os relatos dos adolescentes e jovens acerca de suas relações familiares desestabilizadas e em algumas situações também violentas. Esse quadro se torna ainda mais preocupante quando não há diálogo e compreensão na casa desses participantes, que podem, também, ser vítimas do *bullying* por parte de um ou mais membros da família, e, posteriormente também podem provocá-lo junto aos demais colegas no ambiente escolar onde estudam.

A articulação com o ensino ocorre a partir das dúvidas e sugestões advindas do contato com o público-alvo. Para os professores, é uma oportunidade de dar praticidade às disciplinas teóricas da graduação e aplicabilidade às temáticas, enriquecendo o conteúdo a partir dos questionamentos, cuja reflexão é inesgotável.

Existe uma busca incessante pelo aprimoramento dos conjuntos de estratégias pedagógicas apropriadas para construir o conhecimento sobre os temas propostos.

Durante a duração de todo o projeto os professores acompanham os acadêmicos extensionistas em todas as etapas, por intermédio de reuniões semanais, como também, durante a realização do curso.

A realização das atividades ocorreu, e após o aval de cada professor responsável pela área afim, houve muita autonomia para que os acadêmicos encaminhassem as demandas surgidas durante o projeto e propusessem modificações nas temáticas e no roteiro das atividades.

Os acadêmicos envolvidos no projeto sempre estiveram em contato com a comunidade, por meio de contato virtual, no sentido de receber sugestões sobre as temáticas a serem trabalhadas durante o curso. Conduziram as atividades com os moradores participantes do curso, sob orientação e fiscalização dos professores. Nesse sentido, sempre houve uma reflexão constante sobre as técnicas e temáticas utilizadas, a fim de minorar possíveis falhas e problemas nas apresentações, constatadas pelos professores e participantes.

A assistência dos professores coordenadores consistiu na orientação de leitura e elucidação das dúvidas acerca de cada conteúdo a ser trabalhado no curso, que incluiu a interpretação jurídica e a prática, além da capacitação das técnicas metodológicas por intermédio de dinâmicas, reuniões e rodas de conversa virtuais organizadas pela equipe do projeto de extensão.

O projeto tem a flexibilidade de ser repensado e aprimorado a cada semestre. O retorno direto da comunidade é uma experiência única que transforma não só os participantes do curso, mas também, toda a equipe envolvida.

A articulação com o ensino ocorre a partir das técnicas pedagógicas utilizadas nas aulas de graduação, que poderão ser úteis para o projeto na construção das oficinas para o público-alvo. Da mesma forma, a experiência do projeto enriquece as práticas pedagógicas dos professores da equipe, que poderão aplicar novas formas de abordagem sobre o assunto nas disciplinas que ministram na graduação, a partir das dúvidas e sugestões advindas do contato com o público “leigo”, além de direcionar projetos de pesquisa ao público-alvo, no sentido de diagnosticar problemas, com o intuito de auxílio numa futura solução.

O projeto tem a flexibilidade de ser repensado e aprimorado a cada semestre. O retorno direto da comunidade é uma experiência única que transforma não só os participantes do curso, mas também, toda a equipe envolvida.

EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO

O presente projeto de extensão está finalizando a sua última etapa, com a confecção do presente artigo e também com a realização de *lives* junto a plataforma do Instagram do projeto em várias datas pré-agendadas, onde os acadêmicos extensionistas, professores, e convidados participantes se mostram muito ativos, dispostos a divulgar a temática que busca a prevenção do *bullying* não somente no ambiente escolar como em toda sociedade.

Trata-se de um projeto que tem total condição de ser replicado em outras plataformas, localidades e público-alvo, tendo em vista tratar de problemas vivenciados pelos adolescentes e jovens como pela própria comunidade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Justiça Restaurativa tem se apresentado como uma das formas mais eficientes de resolução de conflitos decorrentes da prática de *bullying*, pois em muitos casos, é possível uma reconciliação, perdão, confissão e arrependimento por meio do diálogo. Nem sempre a vítima quer ver seu agressor punido, muitas vezes ela só quer reparação pelo dano e ser ouvida, o que é proporcionado pela Justiça Restaurativa.

Buscou assim o referido projeto de extensão aplicar procedimentos da justiça restaurativa na comunidade escolar, objetivando a prevenção e resolução de conflitos provenientes da prática de bullying utilizando assim seus meios de comunicação; didática; aprimoramento e fortalecimento de uma conexão entre escola-família-comunidade.

Neste contexto não cabe imputar toda responsabilidade para a escola e seus membros, é necessário movimento em prol da comunidade, através da extensão. A academia deve ser um lugar não só de produção científica, mas também de possibilidades de concretizar seu estudo por meio da prática acadêmica.

Dentro dos limites da universidade é possível garantir a efetivação da dignidade da pessoa, principalmente entre crianças e adolescentes, um grupo que merece uma atenção e proteção especial, e também o público alvo desse Projeto.

A pesquisa em si, dentro do campo teórico, não tem efeito nenhum. Apenas quando posta em prática e a prova é que ela pode produzir efeitos. E a extensão é um dos meios de produção desses efeitos. Através da extensão, existe contato com a comunidade não acadêmica, o que já ajuda inclusive na pesquisa em si, ao verificar se os referenciais teóricos estão corretos quando se imputar a prática.

Buscou assim o referido projeto de extensão aplicar procedimentos da justiça restaurativa na comunidade escolar, objetivando a prevenção e resolução de conflitos provenientes da prática de *bullying* utilizando assim seus meios de comunicação; didática; aprimoramento e fortalecimento de uma conexão entre escola-família-comunidade.

O público-alvo do projeto foram os adolescentes do 9º ano do Ensino Fundamental de duas escolas em Criciúma: A Escola Irmã Edvirges e a Escola Marcos Rovaris.

Com o projeto, os acadêmicos e os professores procuraram demonstrar a eficiência da Justiça Restaurativa em detrimento da punitiva, para conscientizar as pessoas envolvidas na relação de que o diálogo é o melhor caminho e, assim, humanizar as relações entre os envolvidos, buscando sempre a prevenção deste mal representado pelo *bullying*.

Por fim, é através da pesquisa que se consegue dar abertura a busca pelo conhecimento adequado, bem como a necessidade de compreender os impactos sociais que as políticas públicas têm quando disponibilizadas à população, bem como entender que se a universidade é um agente transformador de conhecimento, é de atribuição espontânea que os acadêmicos sejam os protagonistas dessa movimentação social.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO. *In*: Aurélio. Dicionário Online de Português. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/aurelio/> >. Acesso em: 10/03/2021.

AMANCIO, Mila Loureiro de Castro. “Justiça restaurativa: um novo modelo de Justiça”. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2939, 19 jul. 2011. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/19579> >. Acesso em: 10/05/2021.

BEANE, Allan. *Proteja seu filho do bullying: impeça que ele maltrate os colegas ou seja maltratado por eles*. Tradução: Débora Guimarães Isidoro, Rio de Janeiro, RJ: Ed. BestSeller, 2010. Disponível em: < <http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/cmq.2.2011.pdf> > Acesso em: 10/04/2021.

BEZERRA, Ana Raquel da Rocha. “Contribuições da pedagogia freireana à roda de conversa sobre textos literários.” Disponível em:< <https://docplayer.com.br/18194457-Contribuicoes-da-pedagogia-freireana-a-roda-de-conversa-sobre-textos-literarios.html> > Acesso em: 20/04/2021.

BOONEN, Maria Petronela. *A JUSTIÇA RESAURATIVA, UM DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO*. Disponível em: < https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10062011-140344/publico/PETRONELA_MARIA_BOONEN.pdf > Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em: 21/03/2021. A

_____. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm >. Acesso em: 21/03/2021. B

_____. ABRAPIA. Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência – ABRAPIA < <http://www.ripsa.org.br/lis/resource/16729#.YJI8RuhKgrA> > Acesso em: 10/03/2021. C

_____. IMESC – Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo. Disponível em: <<https://imesc.sp.gov.br/index.php/prevencao/>> Acesso em 05/03/2021. D

FANTE, C. *Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas*. 2. Ed. Campinas: Verus, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43ª ed. São Paulo: Paz e terra, 2011.

JENIZE, Edineide. “As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária”. 2004. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf> >. Acesso em: 05/03/2021.

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. *Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública. Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras*. São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002.

PIEIDADE, Fernando Oliveira, SILVA, Quilza da Silva. *Revisitando os círculos restaurativos: da teoria à prática*. Disponível: < <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13121> > Acesso em: 10/05/2021.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. *Ideias dispersas sobre políticas sociais: uma breve definição*. In STENGEL, Márcia, et al. (org) *Políticas públicas de apoio sociofamiliar*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2001, v.1.

UNIMONTES, Valéria Poliana Silva. “Ensino, pesquisa e extensão: uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica. Vitória, novembro de 2011”. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/74229431-Ensino-pesquisa-e-extensao-uma-analise-das-atividades-desenvolvidas-no-gpam-e-suas-contribuicoes-para-a-formacao-academica.html> >. Acesso em: 01/04/2021.

QUALIFICAÇÃO

Fabrizio Guinzani é professor da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, desde 2005. Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDS da UNESC; especialista em Direito Empresarial, com dedicação exclusiva (40 h/semanais). Titular no Curso de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, Direito Civil, Empresarial e especificações. Professor atuante nas áreas de pesquisa e extensão universitárias. Advogado com atuação na região sul de Santa Catarina.